

SUMÁRIO GERAL

Sobre os Coordenadores.....	V
Apresentação – Fábio Ramazzini Bechara	VII
Prefácio – Marco Antonio Marques da Silva	IX

Reflexões sobre o modelo de responsabilidade penal da pessoa jurídica no ordenamento brasileiro 1

Introdução	2
1. Empresas e responsabilidade penal: realidades (in)compatíveis?	3
2. A responsabilidade penal da pessoa jurídica no contexto brasileiro	6
3. O art. 3º da Lei nº 9.605/1998 e a necessidade de se seguirem os requisitos objetivos de atribuição de responsabilidade penal.....	8
Conclusão	9
Referências	10

Considerações sobre a decisão de análise da continuidade da prisão preventiva 11

Introdução	12
1. Breve histórico do regramento da matéria constante do art. 316, <i>caput</i> e par. ún., do CPP	12
2. Exegese do art. 316, <i>caput</i> e par. ún., do CPP	14
2.1 Da provisoriedade e contemporaneidade do decreto de prisão preventiva.....	14
2.2 Da competência	18
2.3 A questão do abrandamento de regime em sede de recurso, da progressão de regime em execução provisória ou por força da aplicação da detração penal na própria sentença condenatória	25
2.4 Dos processos de competência do júri.....	31
2.5 Do teor da decisão.....	32
2.6 Da recorribilidade e o recurso cabível.....	34
Conclusões	36

A coleta e uso massivo de dados pessoais e a urgente necessidade de sua regulamentação na seara criminal: caminhos sugeridos pela LGPD penal 39

Introdução	40
1. A evolução normativa de proteção de dados pessoais na seara criminal: o Direito Comparado e seus reflexos no anteprojeto da LGPD Penal.....	41
2. Da urgente regulamentação da proteção de dados pessoais na seara criminal no Brasil	44
Conclusão	55

O instituto do confisco alargado e a manutenção do risco de asfixiamento do patrimônio legítimo do acusado 57

1. A medida cautelar real do sequestro como instrumento de garantia do efeito da condenação correspondente à perda do patrimônio derivado da prática criminosa	58
1.1 Efeitos da condenação e as medidas assecuratórias	58

1.2	Requisitos obrigatórios das medidas cautelares no processo penal	59
1.3	A medida cautelar real do sequestro	62
2.	Breve análise dos antecedentes históricos e a inserção do confisco alargado no ordenamento jurídico brasileiro.....	65
3.	O instituto do confisco alargado e a manutenção do déficit legislativo quanto à regulamentação da atividade probatória e à previsão de medida assecuratória compatível.....	70

A evolução da prisão em flagrante: do Código de 1941 ao “Pacote Anticrime” ... 77

Introdução	78	
1. Síntese histórica da prisão em flagrante.....	79	
1.1	Flagrante no Código de Processo Penal de 1941.....	80
1.2	Flagrante na Constituição Federal de 1988.....	82
1.3	Flagrante após a Lei Federal nº 12.403/2011.....	83
1.4	Flagrante após a Lei Federal nº 13.964/2019.....	84
2. Natureza jurídica e finalidade da prisão em flagrante.....	84	
2.1	Medida cautelar ou medida pré-cautelar?.....	85
3. Conversão <i>ex officio</i> da prisão em flagrante em prisão preventiva à luz da jurisprudência do STJ... 87		
Conclusões	90	
Referências	91	

A justiça negociada no ordenamento brasileiro, a aproximação ao modelo acusatório mais puro e a imparcialidade do juiz 93

Introdução	94
1. Escorço histórico dos modelos inquisitivo e acusatório	96
2. Institutos de Justiça negociada no Brasil	98
3. Objeções e condições de viabilidade do <i>plea bargaining</i>	101
4. Poderes do juiz, impulso probatório supletivo e imparcialidade.....	106
Considerações finais	111
Referências	113

Habeas Corpus coletivo 117

Introdução	118	
1. Origem histórica e introdução no Brasil	118	
2. Conceito e natureza jurídica	120	
3. Espécies de <i>habeas corpus</i> e confronto com o mandado de segurança	120	
4. Condições da ação.....	121	
4.1	Possibilidade jurídica do pedido.....	121
4.1.1	A questão do direito líquido e certo e das provas pré-constituídas	122
4.1.2	Liberdade de ir, vir e ficar	122
4.1.3	Ampliação do seu alcance	122
4.2	Interesse de agir.....	123
4.3	Legitimidade.....	123
4.3.1	Legitimidade ativa: impetrante e paciente	123

4.3.2	Legitimidade passiva: autoridade coatora e particular	125
4.3.2.1	Legitimidade passiva do particular	126
5.	Análise do principal caso de <i>habeas corpus</i> coletivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal.....	126
5.1	Quanto à legitimidade ativa	126
5.2	Quanto ao paciente.....	127
5.3	Quanto ao polo passivo	128
5.4	Fundamentação jurídica	129
5.5	A complexidade da ordem concedida	132
5.6	A reforma legislativa em decorrência do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	133
6.	Considerações sobre o <i>habeas corpus</i> coletivo em decorrência de outras decisões do STF e do STJ.....	133
6.1	<i>Habeas corpus</i> em favor de pais e responsáveis por crianças menores ou deficientes.....	133
6.2	<i>Habeas corpus</i> coletivo em favor de condenados por tráfico de drogas com causa de diminuição de pena, denominado <i>tráfico privilegiado</i>	134
6.2.1	Da impetração	134
6.2.2	Da concessão da ordem coletiva	135
6.3	<i>Habeas corpus</i> coletivo acerca da desnecessidade do pagamento de fiança	136
6.3.1	Da impetração.....	136
6.3.2	Da concessão da ordem coletiva	137
7.	Negativa de <i>habeas corpus</i> coletivo no STF	137
7.1	Ampliação e indeterminação excessivas	137
	Conclusão articulada	139
	Referências	140

Prova pericial: regime geral e cadeia de custódia.....143

	Introdução	144
1.	Prova pericial: conceitos, cabimento e noções gerais sobre cadeia de custódia.....	145
2.	Histórico da cadeia de custódia.....	146
3.	Lineamentos gerais da cadeia de custódia.....	148
4.	Valoração da prova pericial e consequências da quebra da cadeia de custódia.....	151
	Conclusão	152
	Referências	153

Estelionato e furto: representação do ofendido e proporcionalidade.....155

	Introdução	156
1.	O princípio penal constitucional da proporcionalidade	156
2.	O princípio penal constitucional da intervenção mínima.....	157
3.	Estelionato	158
4.	Furto.....	160
5.	Apropriação indébita	161
6.	Principais semelhanças e diferenças entre estelionato, furto e apropriação indébita.....	162
	Conclusão	163
	Referências	164

Compliance criminal na atualidade: os problemas da transposição das investigações internas corporativas preventiva e reativa para o processo penal.....187

Introdução	168
1. Autorregulação e <i>compliance</i> e seus reflexos no direito penal e processual penal.....	169
2. <i>Compliance</i> criminal preventivo e reativo.....	172
3. A transposição das investigações do <i>criminal compliance</i> para o processo penal.....	173
3.1 <i>Compliance</i> criminal e produção válida de elementos de convicção.....	173
3.2 <i>Compliance</i> criminal e transposição dos seus resultados para o processo penal.....	177
Conclusão	179
Referências	180

O quesito da absolvição genérica e a soberania dos jurados no Tribunal do Júri.....187

1. Histórico e limitação do objeto de discussão	188
2. Soberania dos veredictos	189
3. Competência constitucional de julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	190
4. Ampla defesa e plenitude de defesa.....	190
5. Apelação e decisão do Conselho de Sentença manifestamente contrária à prova dos autos (art. 593, III, <i>d</i> , do CPP).....	191
6. Visão do Supremo Tribunal Federal.....	192
Conclusão	194

Da eficiência da justiça consensual diante dos acordos de não persecução penal.....187

Introdução	198
1. Do processo penal de resultados	202
2. Da equivocada interpretação aos acordos de não persecução penal.....	205
Conclusão	207
Referências	208

Responsabilidade penal por omissão dos dirigentes de empresas potencialmente poluidoras.....215

Introdução	216
1. A responsabilidade penal por omissão imprópria	216
2. O dever de garante do dirigente de empresa potencialmente poluidora na sociedade de risco.....	220
3. Medidas que devem ser instituídas com o fim de eximir o dirigente de empresa potencialmente poluidora de responsabilidade penal por omissão imprópria, pela prática do art. 60 da Lei nº 9.605/1998.....	225
Conclusão	227
Referências	227

Leis mistas e direito intertemporal: leituras a partir da Lei nº 13.964/2019**(Pacote Anticrime) 231**

1. Problematização	232
1.1 O tempo do processo e o processo em seu tempo	232
1.2 O túnel do tempo.....	234
2. Aplicação temporal das leis penais e processuais: sentido e alcance dos critérios solucionadores	237
2.1 A lei penal no tempo: um olhar à luz do direito internacional dos direitos humanos	237
2.2 Lei processual: dilemas conceituais	240
2.3 Leis mistas, híbridas ou processuais materiais	244
Conclusão	248
Referências	249

Compartilhamento de informações para fins penais: notas sobre o relatório de inteligência financeira do COAF 253

Introdução	254
1. COAF como UIF brasileira	256
2. Processo de elaboração do RIF	258
3. Natureza jurídica do RIF e respectivas consequências: questões interpretativas abertas	265
Conclusão	270
Referências	271

Algumas espécies de crimes e a (in)compatibilidade com o acordo de não persecução penal 275

Introdução.....	276
1. O desenho básico do ANPP pelo art. 28-A do CPP	276
2. Crimes hediondos cometidos sem violência ou grave ameaça	278
3. Tráfico de drogas “privilegiado” (art. 33, § 4º, Lei nº 11.343/2006).....	279
4. Crimes culposos com resultado violento.....	279
5. Crimes contra a dignidade sexual da mulher, cometidos sem violência ou grave ameaça.....	280
6. Crimes de racismo e injúria racial	281
7. Crimes eleitorais.....	282
8. Crimes militares.....	282
Referências	283

A responsabilidade penal das pessoas jurídicas: uma terceira teoria. Breves considerações 285

Introdução.....	286
1. Breves considerações sobre as principais teorias sobre a natureza da pessoa jurídica.....	286
1.1 Teoria da ficção	286
1.2 Teoria da realidade objetiva.....	287
1.3 Teoria da realidade jurídica.....	287

2. A responsabilidade penal do ente coletivo: origem e evolução	288
3. O dilema das posições <i>pro et contra</i> sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica	290
4. A pessoa jurídica criada com o propósito de desvio de sua finalidade: uma “terceira” corrente sobre a responsabilidade penal do ente coletivo.....	294
Conclusão	296
Referências	297

O HC nº 598.888, a prova no processo penal e a reconexão com a realidade301

Introdução	302
1. A importância do HC nº 598.886 para o não isolamento do direito	302
2. As controvérsias jurídicas do reconhecimento pessoal.....	303
3. O reconhecimento pessoal e as contribuições da psicologia	306
Conclusão	311
Referências	312

Os limites do sigilo do relatório (atividade) de inteligência na investigação criminal.....315

Introdução	316
1. A publicidade e seus contrapontos: sigilo e segredo	316
2. Finalidade da atividade de inteligência: duas dimensões	320
3. O sigilo legal do relatório de inteligência: compatibilização	324
4. Consequências possíveis.....	327
Considerações finais	328
Referências	329

O princípio do *in dubio pro societate* e a execução provisória da pena no júri ... 331